



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Unidade Regional de Regularização Ambiental Sul de Minas - Coordenação de Controle Processual

Parecer nº 28/FEAM/URA SM - CCP/2023

PROCESSO Nº 1500.01.0446049/2023-43

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 78891657		
INDEXADO AO PROCESSO Licenciamento Ambiental	PA COPAM 4195/2022	SITUAÇÃO Sugestão pelo INDEFERIMENTO
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença Ambiental concomitante – LAC1		

EMPREENDEDOR: COMPANHIA GERAL DE MINAS		CNPJ: 60.580.396/0001-15	
EMPREENDIMENTO: MINAS TAMANDUÁ E MANTEIGA		CNPJ: 60.580.396/0001-15	
MUNICÍPIO: Andradas - MG		ZONA: Rural	
CÓDIGO	PARÂMETRO	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17)	CLASSE DO EMPREENDIMENTO 3
A-02-01-1	Produção bruta 49.000	Lavra a céu aberto - Minerais metálicos, exceto minério de ferro	
CÓDIGO	PARÂMETRO	DEMAIS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17)	
A-05-05-3	Extensão 3,5	Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários	
A-02-07-0	Produção bruta 600	Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA
Anderson Ramiro de Siqueira – Coordenador de Controle Processual	1051539-3
De acordo: Eridano Valim dos Santos Maia - Coordenador de Apoio Técnico	1526428-6

1. Introdução.

Trata-se processo de licenciamento ambiental para a" *Lavra a céu aberto - Minerais metálicos, exceto minério de ferro; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários e; Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento*". formalizado em 21/11/2022, instruído ausente a Certidão Municipal obrigatória, conforme prerrogativa excepcional prevista no art. 18 do Decreto Estadual n. 47.383/17.

Em 09/11/2023, ultrapassado quase um ano da formalização do processo, através do Ofício FEAM/URA SM - CAT nº. 297/2023, com fulcro no art. 37,§ 2º da Lei n. 14.184/02 e art. 18 do Decreto Estadual n. 47.383/18, o empreendedor foi notificado para apresentar a Certidão Municipal obrigatória.

O empreendedor quedou inerte de sua obrigação, trazendo justificativas quanto a sua desídia, a qual foi replicada em sede de recurso, onde será assim articulada.

Em 16/11/2023, através da Decisão FEAM/URA SM - CCP nº. 76973093/2023, o licenciamento ambiental foi arquivado dada ausência da certidão municipal.

Em recurso, o empreendedor argumenta que o arquivamento pode ser configurado atentado processual, posto que possui Mandado de Segurança promovido junto ao Município de Andradas e a Superintendência Regional de Meio Ambiente, hoje Unidade Regional da Feam, em que questiona a ilegalidade da própria exigência de apresentação da Certidão de Conformidade do Uso e Ocupação do Solo, por parte do órgão licenciador e que também é ilegal a não emissão da referida certidão, por parte da representante do Município de Andradas;

Argumenta que por outro lado, muito embora exista previsão no Decreto 47.383/17, de finalização do processo de licenciamento ambiental em 12 meses, é certo que referido dispositivo deve ser interpretado em consonância com o princípio da eficiência administrativa, como previsto no artigo 37 da Constituição Federal, já que o arquivamento do processo de licenciamento pela não apresentação da Certidão Municipal, quando está próxima a decisão judicial para se prosseguir no licenciamento justamente sem referida Certidão, poderia representar a necessidade de se iniciar, do zero, o licenciamento, com eventual necessidade de realização de Audiência Pública e diversos trâmites já cumpridos, onerando, como consequência não só o empreendedor, como também o próprio órgão licenciador, que terá que fazer retrabalho.

Questiona o prazo concedido de apenas três dias para apresentação da Certidão, quando, nos termos da disposição expressa do artigo 23 do Decreto 47.383/17, deveria ser de sessenta dias, aplicando, consuetudinariamente o parágrafo terceiro, do referido dispositivo, que permite expressamente a suspensão do prazo do processo de licenciamento.

Assim, o interessado recorre para rever a decisão de arquivamento.

É em apertada síntese o que consta nos autos.

2. Admissibilidade.

O Decreto n. 47.383/18 estabelece em seus arts. 43, 44 e 45 os requisitos de admissibilidade dos recursos administrativos.

Em verificação aos pressupostos, percebemos presentes seus requisitos, já que o mesmo é promovido pelo titular de direito atingido pela decisão (art. 43), fora protocolado no prazo legal de 30 dias (art. 44) e, a peça de recurso possui o itens estabelecidos no art. 45.

Desta forma, admitido o recurso proposto, podendo ser verificada a análise de mérito.

Conforme art. 42 do Decreto n. 47.383/18, compete a URC a decisão ao recurso:

"Art. 41 – Compete às Unidades Regionais Colegiadas – URCs do Copam decidir, como última instância administrativa, o recurso referente ao processo de licenciamento ambiental decidido pela Semad"

3. DISCUSSÃO

O processo de Licenciamento ambiental foi formalizado em 21/11/2022, instruído ausente a Certidão Municipal obrigatória, utilizando-se o empreendedor da prerrogativa excepcional, presente no art. 18 do Decreto Estadual n. 47.383/17:

Art. 18 – O processo de licenciamento ambiental deverá ser obrigatoriamente instruído com a certidão emitida pelos municípios abrangidos pela Área Diretamente Afetada – ADA – do empreendimento, cujo teor versará sobre a conformidade do local de implantação e operação da atividade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo.

§ 1º – A certidão de que trata o caput deverá ser apresentada durante o trâmite do processo administrativo e antes da elaboração do parecer único, sob pena de arquivamento do processo.

A obrigação da apresentação da Certidão Municipal é condição essencial para a instrução do processo, a qual poderá ser juntada, de forma excepcional, no trâmite do processo de licenciamento, sob pena de arquivamento, risco este de responsabilidade exclusiva do empreendedor.

Importante o registro, que o Decreto Estadual n. 47.383/17, que estabelece normas para licenciamento ambiental, estabelece o prazo de até 12 meses para a conclusão do processo de licenciamento:

"Art. 22 – O órgão ambiental poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licenciamento ambiental, desde que observado o prazo máximo de seis meses a contar da formalização do respectivo processo, até sua conclusão, ressalvados os casos em que houver Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA – ou audiência pública, quando o prazo será de até doze meses."

Assim, para o cumprimento da legislação vigente, a URA da Feam, através do Ofício FEAM/URA SM - CAT nº. 297/2023, de 09/11/2023, já quase atingido os limite máximo de 12 meses, iniciando-se a elaboração do parecer único, notificou o interessado para a apresentação da Certidão Municipal de conformidade do local de implantação e operação da atividade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo, sob pena de arquivamento do processo de licenciamento, o que não foi atendido, sendo arquivado o processo de licenciamento ambiental.

A argumentação em sede de recurso de que a matéria está sub judice, tendo em vista que a Prefeita de Andradás se recusa a emitir referida Certidão (Mandado de Segurança de número 5002821-62.2023.8.13.0707, em trâmite na Vara da Fazenda Pública de Varginha) e, que o arquivamento, poderia configurar atentado processual, por parte da administração pública, como previsto no artigo 77, inciso VI do NCPC, não se amolda, senão vejamos:

Antes, reafirmamos que a URA da Feam possui total apreço a justiça, sendo que todas decisões judiciais são inteira e imediatamente cumpridas. No entanto, em leitura a tipificação do atentado processual, verificamos que o dever de ofício, em dar andamento legal ao processo de licenciamento ambiental não se configura tal condição.

O atento processual, está previsto no art. 77 do NCPC, que assim traz:

"Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

...

VI - não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.

O cumprimento da legislação vigente, ao atender o prazo de análise do processo de licenciamento ambiental em 12 meses, em que, diga-se de passagem, o empreendedor, ao formalizar o processo de forma deficitária, estava ciente da obrigação de complementação da referida certidão no transcurso do processo administrativo, não poderia se enquadrar em inovação ilegal.

Perceba que a condição da apresentação da certidão está presente expressamente antes do ingresso da demanda judicial, não se tratando de qualquer inovação.

Ademais, o mandado de segurança em espeque, não concedeu liminar para que o empreendimento pudesse superar a juntada obrigatória do referido documento.

No que se refere ao retrabalho em possível reinício do processo de licenciamento, o mesmo não se encontra respaldo legal, sendo inclusive, o arquivamento, uma determinação constante na própria legislação.

Quanto ao argumento de que não foi concedido o prazo de 60 (sessenta dias) para a apresentação da certidão não prospera, já que o Decreto Estadual n. 47.383/18, em seu art. 23, trata de prazo máximo para esclarecimentos adicionais ou informações complementares e não da apresentação da certidão:

"Art. 23 – Caso o órgão ambiental solicite esclarecimentos adicionais, documentos ou informações complementares, inclusive estudos específicos, o empreendedor deverá atender à solicitação no prazo máximo de sessenta dias, contados do recebimento da respectiva notificação, admitida prorrogação justificada por igual período, por uma única vez."

O prazo para a apresentação da Certidão, quando optado pelo empreendedor sua instrução deficitária, é no trâmite do processo administrativo e antes da elaboração do parecer único, não havendo qualquer relação a pedidos de informações complementares.

"Art. 18 – O processo de licenciamento ambiental deverá ser obrigatoriamente instruído com a certidão emitida pelos municípios abrangidos pela Área Diretamente Afetada – ADA – do empreendimento, cujo teor versará sobre a conformidade do local de implantação e operação da atividade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo."

§ 1º – A certidão de que trata o caput deverá ser apresentada durante o trâmite do processo administrativo e antes da elaboração do parecer único, sob pena de arquivamento do processo."

Desta forma, o mero início da elaboração do Parecer Único, sem estar presente a certidão, já é razão para o arquivamento.

No entanto, a URA Sul de Minas, notificou o empreendedor, informando o início da elaboração do parecer único, concedendo ainda o prazo de 3 dias para sua apresentação, conforme art. 37, § 2º da Lei Estadual n. 14.184/02:

"Art. 37 – O interessado será intimado pelo órgão em que tramitar o processo para ciência da decisão ou da efetivação de diligência."

§ 1º – ...

§ 2º – O interessado terá o prazo de três dias úteis contados da ciência da intimação para atendê-la."

Registre-se que o próprio dispositivo legal que disciplina o arquivamento, diferencia o não atendimento das informações complementares da não apresentação da certidão municipal (Decreto Estadual n. 47.383/19):

"Art. 33 – O processo de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental será arquivado:

I – a requerimento do empreendedor;

II – quando o empreendedor deixar de apresentar a complementação de informações de que trata o art. 23 ou a certidão a que se refere o art. 18;"

Assim, na realidade, o empreendedor teve o prazo desde a formalização deficitária do processo de licenciamento, ocorrido já há mais de 1 (um) ano, em 21/11/2023, para a apresentação da certidão e, não somente o prazo articulado de 3 dias.

Importante o registro que a possibilidade de juntada da certidão municipal no trâmite do processo de licenciamento é inovação trazida pelo Decreto Estadual n. 47.383/18, com vistas a dinamizar as tratativas dos empreendimentos frente aos diversos entes públicos, não podendo, no entanto, ser desvirtuado a acarretar o estancamento de processos de licenciamento no órgão ambiental.

4. CONCLUSÃO

Em razão do exposto, opinamos à instância recursal, Unidade Regional Colegiada do COPAM, o **indeferimento** do recurso administrativo proposto pela Companhia Geral de Minas, tendo em vista o arquivamento do processo de licenciamento em razão de determinação legal.



Documento assinado eletronicamente por **Eridano Valim dos Santos Maia, Diretor**, em 18/12/2023, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Ramiro de Siqueira, Diretor (a)**, em 18/12/2023, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **78891657** e o código CRC **2B6B489C**.

Referência: Processo nº 1500.01.0446049/2023-43

SEI nº 78891657